ESCOLA DO CAMPO: A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

Autaci Ribeiro da Ponte Neta [1];
Judite Dalila Aguiar Silva [2]

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA), Sobral (CE)

autaciribeiroponte@gmail.com

[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú, (UVA)

juditedalilaasilva@gmail.com

Resumo:
A Educação do Campo configura-se como uma modalidade educacional voltada às populações do meio rural, fundamentada no reconhecimento de seus modos de vida, saberes, culturas e formas de organização social. Este estudo é qualitativo, de abordagem bibliográfica e descritiva, e ele analisou a função da escola do campo, destacando seu papel como espaço de valorização da identidade, da autonomia e da cidadania dos sujeitos rurais. O desenvolvimento evidenciou que a Educação do Campo surge historicamente das lutas dos movimentos sociais, especialmente ligados à Reforma Agrária, e se estrutura como direito social assegurado legalmente, conforme a Constituição Federal de 1988. O presente artigo abordou a transformação do meio rural, do antigo rural centrado na agricultura tradicional ao novo rural multifuncional, destacando a importância da escola do campo em promover currículos contextualizados, integrando saberes escolares e tradicionais, fortalecendo a identidade cultural e social das comunidades. Ao mesmo tempo, evidenciou desafios persistentes, como precariedade da infraestrutura, escassez de recursos pedagógicos, fragilidade na formação docente e descontextualização curricular, além do processo de nucleação que desloca estudantes para escolas urbanas, comprometendo seu vínculo com o território. Conclui-se, que a escola do campo desempenha função social, política e formativa, consolidando-se como instrumento de inclusão, resistência cultural e desenvolvimento integral. Ressalta-se a necessidade de políticas públicas que garantam condições adequadas para a efetivação de uma educação de qualidade no meio rural, promovendo oportunidades equivalentes às do meio urbano e fortalecendo o pertencimento, a cidadania e a preservação dos modos de vida das populações rurais.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Escola rural. Currículo contextualizado. Cidadania. Desenvolvimento rural.

Introdução

A Educação do Campo constitui uma modalidade educacional voltada às populações que vivem e trabalham no meio rural, fundamentada no reconhecimento de seus modos de vida, saberes, culturas e formas de organização social. Compreendida como parte do direito social à educação, essa proposta defende que todos os sujeitos, independentemente do território em que estão inseridos, tenham acesso a um ensino de qualidade, contextualizado e socialmente significativo. Entretanto, historicamente, a educação oferecida no campo esteve marcada por desigualdades em relação à

educação urbana, expressas na precarização das escolas, na desvalorização das realidades locais e na negação das especificidades rurais. Diante desse cenário, a escola do campo assume papel central no contexto educacional brasileiro ao surgir como resposta a uma realidade social específica, buscando promover justiça educacional e fortalecer a identidade e a cidadania dos sujeitos do campo.

É diante dessa contradição entre a proposta da Educação do Campo e sua materialização na realidade das escolas rurais que se insere o problema investigado neste estudo. A realização deste estudo justifica-se pela permanência de desafios estruturais, pedagógicos e curriculares que dificultam a efetivação da função social da escola do campo, mesmo diante dos avanços legais e das contribuições teóricas sobre a Educação do Campo. Conforme evidenciado na literatura analisada, ainda existem lacunas entre o que a legislação assegura e o que se concretiza na realidade das comunidades rurais, especialmente no que se refere à valorização da identidade dos sujeitos do campo e à construção de currículos contextualizados. Diante desse cenário, torna-se relevante analisar a função da escola do campo no meio rural, a fim de compreender seus limites, potencialidades e contribuições para a formação crítica, cidadã e integral dos sujeitos camponeses.

Nesse contexto, as motivações para o desenvolvimento deste artigo fundamenta-se na compreensão de que a escola do campo vai além da simples transmissão de conteúdos, configurando-se como uma prática social ligada à realidade dos sujeitos rurais. Esse entendimento foi ampliado na disciplina Educação do Campo, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, que destacou a educação do campo como um direito social e uma proposta educacional comprometida com a realidade dos povos rurais. Assim, a escola do campo não deve ser vista como um modelo à parte, mas como um espaço que reconhece e valoriza os sujeitos do campo, suas lutas, saberes, cultura e modos de vida, conforme Caldart et al. (2003). Além disso, apesar dos avanços legais, ainda existem desafios estruturais, pedagógicos e políticos, mostrando a necessidade de aprofundar estudos para fortalecer essa modalidade educacional.

Diante desses desafios e da necessidade de aprofundamento teórico sobre a Educação do Campo, este trabalho fundamenta-se em autores que discutem a Educação do Campo e a função social da escola no meio rural. Caldart et al. (2003) compreendem a Educação do Campo como a própria escola pública, comprometida com o reconhecimento dos sujeitos camponeses, de seus saberes, culturas e modos de vida. Caldart (2008) aprofunda essa discussão ao destacar a origem da Educação do Campo nas lutas dos movimentos sociais, especialmente aqueles vinculados à Reforma Agrária. O debate também se ancora nos marcos legais, com destaque para a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos. No âmbito curricular, Almeida (2024) defende que o currículo deve dialogar com a identidade dos sujeitos do campo, valorizando a autonomia e a diversidade, perspectiva que se articula às orientações da BNCC sobre a

contextualização dos conteúdos. Por fim, Pinto (2025) ressalta a importância do currículo contextualizado como instrumento de fortalecimento da identidade e do pertencimento dos estudantes do campo.

O presente artigo é uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e descritiva, que analisa a função da escola do campo no meio rural. O estudo busca compreender o papel da Educação do Campo na formação dos sujeitos, considerando suas realidades, culturas e modos de vida. A pesquisa qualitativa foi escolhida porque permite compreender melhor os significados, valores e ideias relacionados à Educação do Campo, possibilitando uma análise mais aprofundada de sua importância social, cultural e educativa. E este artigo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, no qual pode ser compreendida como aquela que se realiza a partir de materiais já produzidos e registrados anteriormente. A pesquisa também se caracteriza como descritiva, pois tem como foco a observação e a análise da realidade educacional do campo.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a função da escola do campo no contexto do meio rural, considerando sua contribuição para a formação dos sujeitos do campo, a valorização de suas identidades e o enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente construídas. De forma específica, busca-se compreender o conceito de Educação do Campo e seus princípios no contexto educacional brasileiro, identificar as desigualdades existentes entre a educação urbana e a educação oferecida no meio rural, analisar a escola do campo enquanto prática social comprometida com a realidade, a cultura e os saberes das populações camponesas, refletir sobre os desafios estruturais, pedagógicos e políticos que ainda marcam essa modalidade de ensino e evidenciar a importância da educação do campo para a formação crítica, integral e cidadã dos sujeitos do meio rural.

Desenvolvimento

A escola do campo como direito e política pública

Os resultados desta pesquisa, de natureza teórica e reflexiva, evidenciam, a partir da análise da literatura, que a Educação do Campo se configura como uma proposta educativa comprometida com a valorização da identidade, da autonomia e da realidade social dos sujeitos do meio rural. Essa compreensão dialoga diretamente com a concepção de Caldart et al. (2003), ao defender que a Educação do Campo não deve ser entendida como um modelo educativo à parte, mas como a própria escola, comprometida com o reconhecimento e o fortalecimento dos povos do campo enquanto sujeitos sociais.

Historicamente, as comunidades rurais enfrentam desafios específicos para garantir uma educação que respeite sua cultura, seu modo de vida e seu território. Nesse cenário, a Educação do Campo emergiu como uma proposta educativa comprometida com a valorização da identidade e da

autonomia dos sujeitos do meio rural. Ela nasceu da mobilização de movimentos sociais, combinando a pressão dos sem-terra pela implantação de escolas públicas em áreas de reforma agrária com a resistência de diversas comunidades e organizações para preservar suas escolas, suas práticas educativas e seus territórios. Segundo Caldart (2008), os movimentos sociais camponeses, especialmente os ligados à luta pela Reforma Agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desempenharam papel central na criação da Educação do Campo. A origem dessa proposta educacional está vinculada aos trabalhadores rurais mais pobres, em especial aqueles sem-terra, que se organizaram para resistir às condições sociais existentes, expandindo posteriormente sua atuação para contemplar os demais trabalhadores do campo.

Diante disso, a Educação do Campo também se apoia na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, afirma que a educação é um direito de todas as pessoas e é dever do Estado garantir que todos tenham acesso à educação. Isso significa que ninguém pode ser excluído do acesso à escola, inclusive aqueles que vivem no meio rural. No caso da Educação do Campo, garantir este direito envolve oferecer uma educação que faça sentido para a vida no campo, respeitando a cultura, o trabalho, o território e a forma de organização das comunidades rurais. Assim, o direito à educação não se resume apenas a frequentar a escola, mas a ter uma formação que contribua para o desenvolvimento pessoal, para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da identidade dos sujeitos do campo.

Além disso, é essencial destacar que a participação ativa dos movimentos sociais evidencia que a Educação do Campo não é apenas uma resposta às demandas sociais, mas também uma construção coletiva que garante aos sujeitos do meio rural o direito à educação, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. A escola do campo, nesse sentido, cumpre um papel estratégico como espaço de afirmação da identidade e de promoção da autonomia dos estudantes, funcionando como um instrumento de inclusão social e cidadania. Além disso, o reconhecimento legal da Educação do Campo no Brasil e a implementação de políticas públicas específicas buscam atender de maneira adequada às necessidades dessas populações, embora a realidade das comunidades muitas vezes revela lacunas entre o que a legislação prevê e o que efetivamente se realiza, demonstrando a importância de continuar fortalecendo e expandindo essas iniciativas.

O meio rural em transformação: do rural tradicional ao novo rural

O meio rural brasileiro passou por mudanças profundas ao longo do tempo, o que permite compreender a diferença entre o que se chama de antigo rural e novo rural. No antigo rural, a vida era quase totalmente centrada na agricultura e na pecuária, e os habitantes dependiam fortemente do trabalho no campo para sobreviver. As condições de vida eram precárias, com poucas oportunidades de estudo, de acesso a serviços básicos, como saúde e transporte, e pouca presença do Estado. A

escola, quando existia, reproduzia o modelo urbano, sem levar em conta a realidade local, os saberes e a cultura dos estudantes.

Com o tempo, o meio rural começou a passar por transformações sociais, econômicas e culturais que deram origem ao novo rural. Nesse contexto, o campo deixa de ser visto apenas como espaço de produção agrícola e passa a ser reconhecido como um território diverso e dinâmico e marcado por diferentes formas de organização e modos de vida. Essa mudança é explicada por autores que analisam as novas funções assumidas pelo meio rural na sociedade contemporânea.

Segundo Silva (2024), o espaço rural passou por mudanças importantes ao longo do tempo, deixando de ser entendido apenas como um lugar voltado exclusivamente para a agricultura tradicional. Esse processo de transformação é conhecido como pluriatividade e polifuncionalidade, pois o campo passou a reunir diferentes formas de produção, trabalho e organização social. Além da agricultura, passaram a ganhar destaque práticas agroecológicas, o fortalecimento da agricultura familiar, a reorganização da estrutura produtiva e agrária, bem como a valorização da biodiversidade, da cultura e das manifestações sociais das comunidades rurais. Dessa forma, o chamado novo rural expressa a capacidade de adaptação do meio rural às novas exigências econômicas e sociais, revelando um espaço dinâmico, em constante transformação, que assume múltiplas funções no desenvolvimento, no uso e na produção do território, ao mesmo tempo em que busca garantir melhores condições de vida para os sujeitos que nele vivem.

Portanto, percebe-se que o meio rural de hoje não é mais apenas um lugar onde as pessoas vivem da agricultura tradicional. Desta forma, ficou notório que o campo passou a ter várias funções, com diferentes formas de trabalho e produção. Além de plantar e criar animais, o meio rural também valoriza a cultura, a natureza, os saberes das comunidades e novas práticas de produção. Dessa forma, o novo rural é um espaço que está em constante mudança e que busca oferecer melhores condições de vida para as pessoas que vivem no campo, reduzindo as diferenças em relação à cidade.

O novo rural inclui atividades variadas, como agroecologia, turismo rural, artesanato, comércio e serviços, e permite que os habitantes tenham mais oportunidades de estudo, trabalho e participação social. Além disso, há maior atenção às políticas públicas, com programas que buscam melhorar a infraestrutura, o acesso à educação, à saúde e à cultura, garantindo direitos que antes eram negados. A escola do campo, nesse novo cenário, assume um papel central: ela não se limita a ensinar conteúdos escolares, mas valoriza a cultura local, os saberes tradicionais, a história da comunidade e a vida no território. Ao fazer isso, contribui para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de participar das transformações sociais e econômicas de suas comunidades. Nesse sentido, essas transformações mostram que o meio rural está passando por

um processo de ressignificação, no qual o campo deixa de ser visto apenas como um espaço em decadência e passa a ser reconhecido como um território vivo, dinâmico e cheio de possibilidades.

De acordo com Laubstein (2011), às mudanças que vêm acontecendo no meio rural mostram que o campo não pode mais ser visto apenas como um lugar que está sendo abandonado pelas pessoas ou perdendo sua importância econômica, social e cultural. Hoje, o meio rural passa por novas transformações, o que faz com que alguns estudiosos falam em um "renascimento rural". Esse renascimento não significa que o campo esteja se tornando igual à cidade ou seguindo o mesmo modelo urbano. Pelo contrário, ele representa o surgimento de novas formas de convivência, de organização social e de relações entre as pessoas que vivem no campo. Essas mudanças envolvem diferentes grupos e atores sociais e mostram que o campo tem sua própria dinâmica, não sendo apenas um processo de urbanização que busca tornar o espaço rural igual ao urbano.

Nesse sentido, percebe-se que o meio rural não está sendo abandonado, como muitas vezes se pensa, mas passando por mudanças importantes. O chamado "renascimento rural" mostra que o campo continua tendo valor econômico, social e cultural, mesmo com as transformações que vêm acontecendo. Essas mudanças trazem novas formas de viver, de se organizar e de se relacionar no campo, envolvendo diferentes pessoas e grupos sociais. Além disso, o autor deixa claro que o meio rural não está se tornando igual à cidade, pois mantém suas próprias características e modos de vida. Dessa forma, o campo segue tendo uma dinâmica própria e um papel importante na sociedade atual.

A compreensão dessa mudança do antigo para o novo rural ajuda a entender por que a Educação do Campo é tão importante. Ela surge para responder às desigualdades históricas, oferecendo uma educação contextualizada e significativa, que respeita a identidade, os modos de vida e os saberes das populações rurais. A transição do antigo para o novo rural evidencia que a escola do campo não é apenas um espaço de ensino formal, mas também um espaço de fortalecimento da cidadania, da autonomia, da cultura e da vida comunitária. Essa mudança demonstra a necessidade de políticas públicas, projetos pedagógicos e currículos que dialoguem com a realidade rural e promovam oportunidades equivalentes às do meio urbano, contribuindo para a valorização do território, das práticas locais e da própria educação como instrumento de transformação social.

O chamado velho rural vem se tornando cada vez menos presente na atualidade. Naquele período, poucas pessoas viviam no campo, e as condições de vida eram bastante limitadas. As escolas ficavam longe das comunidades rurais, o que obrigava muitos estudantes a percorrer longas distâncias ou até mesmo a se afastar de suas próprias comunidades para conseguir estudar. A educação demorava a chegar ao meio rural, principalmente pela falta de políticas públicas que garantissem esse direito. Muitas famílias dependiam diretamente da agricultura e da terra para sobreviver, e, diante das dificuldades de acesso à escolarização, muitos jovens acabavam deixando

o campo e indo para a cidade em busca de estudo. Com o tempo, ao se adaptarem às novas rotinas, oportunidades e estruturas urbanas, esses jovens não retornavam ao seu território de origem. Em contraste, o novo rural apresenta uma realidade diferente, marcada por avanços importantes na infraestrutura. As estradas melhoraram, os serviços de saúde e educação passaram a estar mais próximos das comunidades, a energia elétrica chegou às escolas e residências, e os materiais didáticos se tornaram mais acessíveis. Dessa forma, o conhecimento passou a alcançar o estudante em seu próprio lugar, contribuindo para novas possibilidades de permanência e desenvolvimento no campo.

A função social da escola do campo está articulada à função socioambiental da terra e às lutas históricas dos povos camponeses. Nessa perspectiva, a escola do campo ultrapassa a transmissão de conteúdos e assume um papel formativo, político e humano, vinculado à vida comunitária, ao trabalho no campo e à preservação da natureza. A função social da escola do campo é garantir o direito à educação pública no território camponês, fortalecendo a vida comunitária, a agroecologia, a consciência crítica e a resistência dos povos do campo frente às lógicas do capital e do agronegócio. Ao se contrapor ao modelo educacional subordinado ao agronegócio e ao fechamento de escolas no meio rural, a escola do campo reafirma sua função social ao contribuir para a formação de sujeitos críticos e para a construção de alternativas sociais e ambientais sustentáveis.

> A função da escola pública no campo está ligada às lutas e ao esforço de restauração da função socioambiental da terra e dos camponeses, considerando a diversidade de sujeitos e processos. Nesse contexto, cada escola, de acordo com suas condições internas e do entorno, pode colaborar para o desenvolvimento da matriz produtiva que sustenta a resistência camponesa, contribuindo para a formação de novas gerações aptas a dar continuidade e fortalecer as lutas de suas famílias e comunidades. Caldart et al. (2003, p.8).

Essa perspectiva evidencia que a escola do campo não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas se constitui como espaço estratégico para a reprodução e fortalecimento das práticas culturais, sociais e produtivas das comunidades rurais. Ao integrar saberes escolares com saberes tradicionais e práticas de agroecologia, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos e engajados, capazes de compreender e intervir nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais que afetam suas vidas. Além disso, ao valorizar a diversidade cultural e ambiental do meio rural, a escola do campo desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio natural e na promoção de alternativas de desenvolvimento sustentável, reforçando a função social da educação como instrumento de emancipação e resistência histórica dos povos camponeses. Nesse contexto, a escola do campo também desempenha um papel importante no fortalecimento da identidade e do pertencimento dos sujeitos do campo, consolidando sua participação na vida comunitária e nas práticas locais. Diante dessa realidade, torna-se evidente que o currículo da Educação do Campo

não pode se limitar aos modelos tradicionais urbanos, sendo necessário que suas propostas pedagógicas considerem as particularidades culturais, sociais e produtivas das comunidades rurais.

O currículo tradicional, centrado nas demandas do meio urbano, muitas vezes desconsidera a realidade dos sujeitos do campo, reproduzindo conteúdos que não dialogam com sua identidade nem com suas práticas sociais. Segundo Almeida (2024), a escola é um espaço em que se definem os processos pedagógicos e o currículo precisa dialogar com a identidade dos sujeitos que a compõem, tornando a autonomia e a diversidade elementos fundamentais da Educação do Campo. Nesse contexto, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) se configuram como instâncias em que as decisões são tomadas coletivamente. Dessa forma, percebe-se que a construção do currículo no campo não pode ser apenas uma adaptação de modelos urbanos, mas deve partir das especificidades locais, promovendo a participação ativa da comunidade escolar e fortalecendo a identidade e o pertencimento dos sujeitos do campo.

Essa perspectiva se alinha à orientação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é fundamental que os conteúdos dos componentes curriculares sejam contextualizados de modo a permitir que os estudantes compreendam, representem, exemplifiquem e conectem os saberes, tornando-os significativos a partir da realidade local e temporal em que as aprendizagens ocorrem.

Nesse sentido, a construção participativa do currículo no campo se concretiza na prática do currículo contextualizado, que busca alinhar os conteúdos escolares à realidade e às experiências dos estudantes. O currículo contextualizado busca adequar o ensino à realidade dos estudantes, considerando sua cultura, modo de vida e os desafios locais. No contexto da educação do campo, isso implica não apenas transmitir conteúdos acadêmicos, mas também valorizar as identidades culturais, sociais e históricas dos alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e um ambiente educacional inclusivo que fortaleça a identidade dos estudantes, assim como afirma Pinto (2025). Essa perspectiva evidencia que a escola do campo não se limita à transmissão de conteúdos acadêmicos, mas se constitui como um espaço de construção de saberes que dialogam com a vida e a realidade dos estudantes, promovendo sua autonomia, pertencimento e engajamento no processo educativo.

Desafios e limites da escola do campo

A escola do campo ocupa um papel estratégico na formação de crianças e jovens que vivem em áreas rurais, funcionando não apenas como um espaço de aprendizagem formal, mas também como um agente de preservação cultural e de promoção da cidadania. Diferentemente da educação urbana, a educação no meio rural precisa considerar as especificidades do território, o cotidiano do trabalho agrícola e as tradições locais, de modo a construir um ensino que seja significativo para a realidade dos estudantes. Apesar de sua importância, a escola do campo enfrenta uma série de

desafios que dificultam a oferta de uma educação de qualidade. Entre eles, destacam-se a carência de infraestrutura adequada, a dificuldade de acesso a materiais pedagógicos, a escassez de professores com formação específica para o contexto rural e a necessidade de adaptar o currículo às demandas e interesses da comunidade. Reconhecer e compreender essas dificuldades é fundamental para que políticas educacionais eficazes possam ser implementadas, garantindo que o direito à educação seja plenamente exercido, independentemente da localização geográfica.

Esses desafios refletem a complexidade da educação do campo, evidenciando que não se trata apenas de prover acesso à escola, mas de garantir condições adequadas para que o ensino seja efetivo e relevante para a vida dos estudantes. Nesse sentido, Mendes (2023), ressalta que a educação do campo se caracteriza por atender às especificidades das paisagens rurais, garantindo o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de classe social, gênero, etnia ou religião. No entanto, a oferta de ensino nas escolas rurais enfrenta desafios constantes, como a dificuldade de acesso devido à localização em áreas de difícil deslocamento, infraestrutura inadequada, falta de professores com formação específica para o contexto rural e a descontextualização do currículo em relação à realidade local, o que compromete a aprendizagem dos estudantes.

Esse panorama evidencia que superar os desafios da educação do campo vai além da simples presença física da escola: é necessário investir em infraestrutura adequada, formação docente específica, currículo contextualizado e estratégias que considerem a realidade e o cotidiano dos estudantes rurais. Somente assim a educação pode se tornar verdadeiramente inclusiva, significativa e capaz de promover o desenvolvimento integral das crianças e jovens do meio rural.

Apesar de a legislação assegurar o direito a uma educação de qualidade no próprio território onde os sujeitos vivem, a realidade da Escola do Campo ainda revela contradições significativas. De acordo com Marcon, (2012, p. 101):

> A lei assegura uma escola de qualidade no espaço onde os sujeitos vivem e atuam; no entanto, o que está ocorrendo, em alguns estados do Brasil, é um processo inverso. Trata-se de intensos movimentos de nucleação de escolas que, em algumas comunidades, literalmente deslocam, todos os dias, os alunos para as escolas nas cidades ou nos pequenos povoados. O problema é que a escola urbana tem se mostrado resistente em pensar as realidades do campo, ou seja, a criança ou o adolescente vai para a cidade estudar conteúdos estranhos ao seu universo sociocultural.

Diante disso, percebe-se que esta reflexão evidencia um dos principais desafios enfrentados pela Escola do Campo na atualidade: a contradição entre o que está garantido na legislação e o que, de fato, ocorre na prática. O processo de nucleação de escolas, ao deslocar os estudantes do campo para centros urbanos, compromete não apenas o direito à educação no território, mas também o reconhecimento da identidade, da cultura e do modo de vida dos sujeitos do campo. Ao frequentarem escolas urbanas que não dialogam com sua realidade, esses estudantes acabam vivenciando um

ensino descontextualizado, o que pode dificultar a aprendizagem, o sentimento de pertencimento e a permanência na escola. Dessa forma, a citação reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a Escola do Campo, garantindo uma educação que respeite as especificidades territoriais, culturais e sociais das comunidades rurais, conforme previsto em lei.

Nesse contexto, ao discutir as condições concretas de funcionamento das escolas do campo, Mendes (2023), ainda destaca que muitas escolas do meio rural funcionam em espaços físicos reduzidos e com infraestrutura precária, o que dificulta a realização de atividades práticas e a existência de laboratórios. O autor também aponta que a falta de recursos tecnológicos, como computadores e acesso à internet, limita o contato dos estudantes com metodologias de ensino mais atuais e com informações atualizadas.

Sob essa perspectiva, fica claro que a falta de estrutura e de recursos tecnológicos nas escolas do campo prejudica a aprendizagem dos estudantes. Sem espaços adequados e sem acesso à tecnologia, os professores têm mais dificuldade para desenvolver atividades diferentes e tornar as aulas mais interessantes. Essa realidade aumenta a diferença entre a educação do campo e a educação urbana, mostrando a importância de investimentos públicos que garantam melhores condições de ensino para os alunos do meio rural.

Além da falta de infraestrutura e de recursos pedagógicos, a formação dos professores que atuam nas escolas do campo ainda se apresenta como um desafio significativo. Historicamente, muitas escolas rurais não contavam com profissionais formados na própria comunidade ou preparados para lidar com as especificidades do meio rural. Esse cenário contribuiu para a presença de docentes oriundos dos centros urbanos, o que, embora tenha ampliado o acesso ao ensino, também gerou distanciamentos entre a escola, os professores e a realidade vivida pelos estudantes do campo.

Esse contexto ajuda a compreender o processo histórico vivenciado pelas escolas do campo, conforme aponta Vighi (2015), quando o ensino fundamental completo passou a ser implantado nas escolas do campo, muitas dessas instituições começaram a receber professores vindos das cidades, pois as comunidades rurais não contavam com profissionais formados para atuar nessas escolas. Esse processo acabou criando um distanciamento entre a escola e a realidade dos estudantes do campo, já que a formação desses professores nem sempre considerava o cotidiano, a cultura e o modo de vida rural. Além disso, passou a se fortalecer a ideia de que o modelo urbano representava melhores oportunidades de estudo e de trabalho.

Sendo assim, é essencial destacar que esse contexto evidencia que a implantação do ensino fundamental completo nas escolas do campo, embora representasse um avanço no acesso à educação, também trouxe desafios importantes. A chegada de professores vindos das cidades, muitas vezes sem formação voltada para a realidade rural, contribuiu para um afastamento entre a

escola e a vivência dos estudantes do campo. Como resultado, os saberes, a cultura e o modo de vida das comunidades rurais passaram a ser pouco valorizados no processo educativo, reforçando a ideia de que o modelo urbano seria superior e ofereceria mais oportunidades de estudo e trabalho. Essa lógica acaba desvalorizando o campo e dificulta a construção de uma educação que realmente dialogue com a realidade dos sujeitos que vivem nesse espaço.

Conclusão

Este estudo analisa a função da escola do campo no contexto do meio rural e caracteriza a Educação do Campo como um direito social assegurado legalmente. Nesse sentido, a escola do campo se configura como espaço fundamental para a garantia desse direito, ao valorizar os modos de vida, os saberes e a cultura das comunidades camponesas.

A análise demonstra que a Educação do Campo integra a escola pública e contribui para a formação crítica, cidadã e integral dos sujeitos, vinculando-se às lutas dos movimentos sociais e assumindo uma função social, política e formativa articulada à vida comunitária. Além disso, evidencia que o meio rural passa por transformações significativas, caracterizando o novo rural como um espaço diverso que exige práticas educativas contextualizadas.

Nesse contexto, o estudo aponta que o currículo deve dialogar com a identidade dos sujeitos do campo, promovendo aprendizagens significativas e fortalecendo o pertencimento. Assim, a escola do campo integra saberes escolares e tradicionais, consolidando-se como espaço de preservação cultural.

Entretanto, a pesquisa evidencia desafios como a precariedade da infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos, a fragilidade na formação docente e a descontextualização curricular. Além disso, o processo de nucleação e as desigualdades entre educação urbana e do campo comprometem a aprendizagem e o vínculo dos estudantes com seus territórios. Dessa forma, o estudo confirma a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a escola do campo, a qual se afirma como espaço de resistência, cidadania e valorização dos povos do meio rural.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Lêda Ribeiro Silva et al. A BNCC e o currículo das escolas do campo: a implementação em escolas em áreas de reforma agrária no município de Nina Rodrigues-MA. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 01. Jan. 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/623234/CF88_EC129_livro.pdf Acesso em: 01 de Janeiro de 2025

CALDART, Roseli Salete et al. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica C. Por uma educação do campo. **São Paulo**, 2008.

DA SILVA, Rhafic Concolato. O "NOVO RURAL": UMA RUPTURA PARADIGMÁTICA. **Revista Políticas Públicas & Cidades,** v. 13, n. 2, p. e871-e871, 2024.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. A ruralidade ontem e hoje: uma análise do rural na contemporaneidade. **Revista Aurora**, v. 4, n. 2, p. 92-102, 2011.

MARCON, Telmo. Políticas de educação do campo: avanços e desafios. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 01, p. 85-105, 2012.

MENDES, Fabiana et al. Educação no campo: Desafios e Perspectivas. **Rebena-Revista Brasileira De Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 468-484, 2023.

PINTO, Vanderlei Porto et al. CURRÍCULOS CONTEXTUALIZADOS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM CAMINHO PARA A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE. **ARACÊ**, v. 7, n. 4, p. 20709-20723, 2025.

VIGHI, Cátia Simone Becker. Formação docente: a educação do campo em foco. Formação Docente–**Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 7, n. 13, p. 115-132, 2015.